



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Tradução

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Recursos de terrenos e novos tipos de habitação pública

“Habitação para todos, bem-estar para todos” é o objectivo da política de habitação pública do Governo da RAEM, e também da população em geral. Entretanto, em consequência dos preços elevados da habitação no mercado privado, a maioria dos residentes e jovens de Macau não tem capacidade para aquisição de fracções autónomas privadas, nem reúne condições a candidatura a habitação pública, nomeadamente, a habitação social. De entre eles, existe um número considerável de agregados familiares que habitam em fracções arrendadas e que, por isso, estão sujeitos à pressão do aumento das rendas de ano para ano. Assim sendo, a população, especialmente esse grupo de jovens residentes, tem vindo a esperar que o Governo lhe possa resolver essa dificuldade de habitação.

Porém, no que respeita ao Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau lançado pelo Governo, visando resolver o problema de habitação da “classe média” da sociedade, as autoridades anunciaram o abandono do referido plano de ajuda à compra de casa por não haver consenso entre a população auscultada durante a consulta pública. No



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Relatório Final da Consulta sobre o Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau, afirma-se que, considerando a escassez de recursos de terrenos em Macau, esse Plano assume um papel complementar à habitação pública, coexistindo e rivalizando, em termos funcionais e de recursos, com ela. Neste momento, os recursos de terrenos disponíveis para a construção de habitações económicas e sociais dificilmente conseguem satisfazer as necessidades reais de habitação. Por isso, tendo presente essa realidade de escassez de terrenos, qualquer que seja o projecto de “novos tipos de habitação pública” a ser lançado pelas autoridades, a insuficiência de terrenos continua a ser um problema, se não for possível aumentar os terrenos disponíveis ou rentabilizar o seu aproveitamento.

Nestes termos, interpele o Governo sobre o seguinte:

1 – No Relatório Final da Consulta sobre o Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau, refere-se que, “através desta consulta, propõe-se apresentar um novo tipo de habitação pública para os que não têm rendimento suficiente para comprar uma habitação no mercado privado e não reúnem requisitos para se candidatarem à habitação social, de modo a resolver primeiramente o seu problema de habitação”. Questiona-se, portanto, se esse “novo tipo” de habitação pública irá rivalizar com as fracções económicas e sociais na atribuição de recursos?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2 – Na utilização dos terrenos para habitação económica e social, qual é o projecto do Governo para o aproveitamento dos terrenos ainda por adjudicar, dos terrenos revertidos a favor da RAEM e, ainda, dos situados na zona A dos novos aterros urbanos? As autoridades já consideraram a distribuição dos recursos de terrenos tendo em conta o futuro lançamento do “novo tipo” de habitação pública?

3 – Segundo afirmaram as autoridades, o conceito de “renovação urbana” foi introduzido no âmbito da melhoria do planeamento do espaço urbano e da promoção do aproveitamento eficiente dos recursos de terrenos. Deste modo, como é que o Governo vai aumentar o espaço urbano através desse conceito de “renovação urbana”, no sentido de desenvolver a política de habitação pública, em que também se inclui o referido “novo tipo”? O Governo já considerou isso em concreto?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Zheng Anting

8 de Julho de 2015